



**SOCIEDADE  
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

# **VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**

**19 a 22 Junho 2012**

**Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação**

---

ÁREA TEMÁTICA: Populações, Gerações e Ciclos de Vida

---

**DIAGNÓSTICO GERONTOLÓGICO: UM INSTRUMENTO PARA INFLUENCIAR A POLÍTICA SOCIAL**

---

GROS, Marielle Christine

ISSSP

[marielle.gros@issp.pt](mailto:marielle.gros@issp.pt)

---

ALMEIDA, Maria Sidalina

ISSSP

[sidalina.almeida@issp.pt](mailto:sidalina.almeida@issp.pt)

---



### Resumo

Destinado a apreciar a oferta de serviços face às necessidades da população envelhecida de um dado território, o trabalho de diagnóstico apoia-se na análise dos resultados de um inquérito administrado a uma amostra da população com 55 e mais anos do Concelho da Póvoa de Varzim. O objectivo é elucidar os constrangimentos com os quais se confronta esta população em três planos relevantes: o acesso aos recursos monetários indispensáveis para não ficar confinado à mera manutenção da sobrevivência biológica; as oportunidades de se manter integrada em redes de interações sociais abertas à participação dos membros das diversas gerações; as oportunidades concretas de “inventar”, após a entrada na reforma, uma vida que proporcione auto-realização e continue a fazer sentido socialmente. Começamos por determinar o risco de pobreza nas diferentes categorias etárias e segundo o género. Procuramos perceber se os trajectos profissionais permitiram, ou não, reunir bens materiais e imateriais indispensáveis para enfrentar as tarefas do envelhecer. E analisar o impacto do enfraquecimento das solidariedades primárias, determinando o peso relativo dos idosos que permanecem nas suas famílias e dos que vivem isolados, assim como o real potencial protector destes laços. Finalmente, tentou-se apreender a disponibilidade dos membros da população envelhecida para se implicarem na prestação de serviços à colectividade a fim de contrariar a vivência da reforma sobre o modo do retraimento social.

### Abstract

Intended to evaluate the provision of services towards the needs of aging population in a given territory, the diagnostic work is based on the analysis of the results of a survey administered to a sample of the 55 years and over population of Póvoa de Varzim County. The aim is to elucidate the constraints that confront this population in three relevant domains: access to monetary resources needed to avoid being confined to the mere maintenance of biological survival; the opportunities to remain integrated in networks of social interactions that include members of different generations; concrete opportunities for "inventing", after the entry into retirement, a life that provides self-realization and continue to make sense socially. We begin by determining the risk of poverty in different categories according to age and gender. We seek to understand if the professional careers allowed, or not, to gather material and immaterial goods essential to tackle the tasks of aging. We also analyze the impact of the weakening of primary solidarities, taking into account the relative weight of the elderly who remaining their families and those living alone, as well as the real protection offered by these ties. Finally, we tried to grasp the availability of the old population members to involve themselves in the offering of services to the community, in order to counter the experience of the retirement on the mode of social withdrawal.

Palavras-chave: Diagnóstico gerontológico; pobreza; laços primários; modos de viver a reforma; retraimento social.

Keywords: Gerontological diagnosis; poverty; primary ties; experiences of the reform; social withdrawal.



Destinado a apreciar as repostas sociais existentes, assim como as eventuais insuficiências da oferta de serviços face às necessidades da população mais velha de um dado território, o trabalho de diagnóstico de que pretendemos aqui dar conta apoia-se na análise dos resultados de um inquérito administrado a uma amostra da população com idades iguais e superiores a 55 anos do Concelho da Póvoa de Varzim. O seu objectivo fundamental é elucidar os constrangimentos com os quais se confronta esta população em três planos particularmente relevantes:

- o acesso aos recursos monetários indispensáveis para não ficar confinado à mera manutenção da sobrevivência biológica;
- as oportunidades de se manter integrada em redes de interacções sociais abertas à participação dos membros das diversas gerações;
- as oportunidades concretas de “inventar”, após a entrada na reforma, uma vida que proporcione auto-realização e continue a fazer sentido socialmente.

A elaboração e a administração do inquérito resultam de uma iniciativa conjunta entre instituições produtoras de serviços da Rede Social da Póvoa de Varzim, a Câmara Municipal e o ISSSP. O inquérito foi aplicado, em 2011, junto de uma amostra de 1149 indivíduos, estratificada em função do sexo, de três grupos etários (dos 55 aos 64 anos; entre os 65 e os 74 anos e com 75 anos e mais) e da população residente em cada freguesia, tendo em conta as informações dos Censos de 2001. Controlaram-se, ainda, os níveis de instrução dos inquiridos, de acordo com os resultados dos Censos de 2001.

Sem negar a heterogeneidade social da população envelhecida residente num determinado território, importa reconhecer que, quando a participação no mundo do trabalho constitui um factor crucial de integração social, a passagem à condição social de “reformado” comporta diversos mecanismos geradores de vulnerabilidade social ou, até, de exclusão.

Na linha dos autores que consideram a integração e a exclusão social como pólos opostos do processo através do qual os indivíduos tomam parte na vida social (Gaulejac, 1994), procuramos dar relevo a *três dimensões fundamentais de vulnerabilidade social: a dimensão económica*, que remete para a participação no mundo do trabalho, os rendimentos e a possibilidade de aceder a padrões de consumo com uma importante função simbólica e de afirmação da pertença social; *a dimensão social ou relacional* que compreende não somente a participação em grupos primários mas, também, os laços institucionais ou solidariedades verticais (designadamente para aceder a cuidados de saúde e usufruir da protecção outrora assegurada pela família) e, finalmente, uma *dimensão simbólica* que remete para representações colectivas associadas a uma distribuição muito desigual da consideração social e das expectativas, mesmo quando os indivíduos apresentam sinais de fragilidade que decorrem da finitude da vida humana.

## **1. Passagem à reforma e vulnerabilidade à pobreza**

Desde meados da década de setenta, a sociedade portuguesa é, no plano da protecção económica dos mais velhos, atravessada por uma evolução contraditória. Assistiu-se a uma progressiva integração económica dos reformados, por via da implementação de um sistema de pensões de reforma tendencialmente universal, que, pelo menos inicialmente, pretendia garantir a continuação, na reforma, do salário obtido no fim da carreira profissional. Todavia, no plano do valor das pensões, continuam-se a verificar fortes disparidades que traduzem não somente as desigualdades decorrentes dos lugares ocupados na divisão do trabalho durante a vida activa mas, também, as que provêm da diversidade dos regimes e de oportunidades díspares em matéria de duração das carreiras contributivas. Por estes motivos, o sistema português, de criação tardia, proporciona à grande maioria dos reformados pensões que se situam em torno do limiar de pobreza. Na base de informações do Centro Nacional de Pensões de 2011, os pensionistas com pensões de velhice do Regime Geral com valores iguais ou inferiores a 500€ constituíam um universo de 1.406.252 indivíduos num total de 1.661.629 (quase 85% dos reformados dependentes deste organismo). Se a este primeiro contingente, acrescentarmos 95.411 reformados dependentes da Caixa Geral de Aposentação que auferem pensões iguais ou inferiores a 500€ (equivalentes a 21% destes aposentados) e 26.253 idosos que recebem a pensão social

do regime não contributivo, cujo valor é notoriamente inferior, concluímos que, no mínimo, 1.527.916 pensionistas dispõem de pensões com valores inferiores ou próximos do limiar de pobreza.

O fraco potencial protector do sistema de pensões de reforma é amplamente confirmado pelas informações recolhidas por inquérito no Concelho da Póvoa de Varzim. Os valores medianos dos rendimentos das diversas categorias de entrevistados reformados são, em quase todos os casos, inferiores aos 434€/mês que, segundo os dados mais recentes disponibilizados pelo INE, correspondem ao montante abaixo do qual um indivíduo que vive só é considerado “em risco de pobreza”. Entre os homens, os valores medianos decrescem com o avançar da idade: de 490€ para os reformados com idades inferiores a 65 anos; 439,5€ para os reformados com idades entre 65 e 74 anos e 350€ para os que têm 75 anos e mais. Os valores medianos das pensões de reforma das mulheres estão bem mais baixos ainda: 350€ para as que não atingiram os 65 anos, 290€ para as reformadas com idades entre os 65 e 74 anos e 295 para que têm mais de 75 anos. Não será pois exagerado sustentar que, entre a população do Concelho que usufrui de pensões de reforma do Sistema de Segurança Social (93% da amostra), é minoritária a parte dos reformados que não está exposta a uma forte vulnerabilidade económica: respectivamente 45,4%, 32,9% e 24,2% para os grupos etários dos 55 aos 64 anos, 65 aos 74 anos e 75 anos e mais. A comparação, no seio do grupo etário “mais novo”, entre a percentagem dos activos e dos reformados com rendimentos inferiores ao limiar de pobreza, quer entre os homens, quer entre as mulheres, confirma que a passagem à reforma significa, no actual sistema de pensões, uma diminuição dos meios de vida: a proporção de indivíduos com rendimentos mensais inferiores a 434€ passa de 19,2% entre os activos para 45,2% entre os reformados, de 45,3% das activas para 65,4% das reformadas e de 33% para o conjunto dos activos para 54,6% do conjunto dos reformados.

A maior exposição das mulheres reformadas à exclusão económica torna-se bem patente quando se calcula a percentagem das que dispõem de reformas inferiores ao limiar de pobreza relativa. De facto, na população feminina entrevistada, observa-se que 84,2% das mulheres com idades compreendidas entre os 65 e 74 anos e 81,7% das mulheres com mais de 75 anos recebem pensões inferiores ao referido limiar (em vez de 49,4% e 68% dos homens dos mesmos grupos etários). Tal desigualdade prende-se com as carreiras contributivas mais curtas das mulheres, como tivemos oportunidade de verificar através do número mediano de anos de descontos para a Segurança Social. Embora um pouco menos acentuada, a desvantagem continua a manifestar-se entre as reformadas com idades compreendidas entre os 55 e 64 anos: 65,4% auferem pensões de reforma inferiores a 434€, contra 45,2% dos homens.

A dimensão económica da vulnerabilidade, que afecta as populações envelhecidas, não se restringe ao fenómeno de redução dos rendimentos provenientes do sistema de pensões que, como vimos, afecta principalmente os reformados cuja vida activa decorreu em organizações económicas do sector privado. Prende-se, ainda, com as próprias oportunidades de os indivíduos definirem o momento em que entendem conveniente interromper a sua actividade profissional. Com efeito, em Portugal, como em praticamente todas as sociedades europeias, cresceu, nas últimas décadas, a proporção de assalariados que fica impedida de continuar a participar na produção da riqueza colectiva bem antes de atingir a idade da reforma. Segundo Eurostat, a taxa de emprego masculino no grupo etário dos 55-64 anos era, em Portugal, em 1971, de 82,1%. Decresceu para 65% em 1992, 62,1% em 2003 e atingiu 55,7% em 2010. Na mesma data, a taxa de emprego dos trabalhadores (homens/mulheres) com idades compreendidas entre os 55 e 64 anos era de 49,2%.

Por referência à tipologia de trajectórias no mercado de trabalho na segunda parte da carreira profissional proposta por A.M. Guillermand (2005), Portugal encontra-se entre os países que combinam prestações limitadas em matéria de cobertura dos riscos de não trabalho e escassez de instrumentos de política visando a integração dos trabalhadores no mercado de trabalho. Em consequência, um importante contingente dos activos envelhecidos que exerceram a sua actividade profissional no sector privado, assim como daqueles que o fizeram no quadro da função pública com baixos níveis remuneratórios, corre o risco de só poder contar com redes mínimas de protecção social quando não se consegue manter no mercado de trabalho até atingir a idade legal da reforma.

Qual a expressão, no seio da população envelhecida da Póvoa de Varzim, dos indivíduos e famílias afectadas pela interrupção precoce e forçada do trajecto profissional? A resposta a esta pergunta varia consoante os grupos etários. Entre os inquiridos com idades iguais e superiores a 65 anos, a idade mediana de saída da

actividade profissional ronda os 65 anos, tratando-se, regra geral de indivíduos para quem o trabalho começou bastante cedo e assumiu uma grande centralidade na sua vida. Para os inquiridos do grupo etário dos 55-64 anos, a tendência é já claramente distinta. Neste caso, o peso dos indivíduos que ainda exercem uma actividade profissional é apenas de 39,7%, sendo a participação dos homens superior à das mulheres (46, 5%, contra 34,2%). Deduz-se, deste modo, a existência de uma já considerável percentagem de indivíduos reformados (37,4%), quer entre os homens (37,8%), quer entre as mulheres (37,2%).

Regista-se, ainda, a importância da percentagem do desemprego (11,5%), um pouco mais expressiva entre as mulheres inquiridas (12,3%) do que entre os homens (10,6%). Considerando conjuntamente as condições de reformado e de desempregado (esta última, com um sério risco de significar uma saída forçada e definitiva do mundo do trabalho), verifica-se a incidência, no Concelho da Póvoa de Varzim, do fenómeno muito característico das sociedades europeias das últimas décadas que é a exclusão de uma proporção significativa de trabalhadores envelhecidos do mercado de trabalho, bem antes da idade legal da reforma. A par com o desemprego juvenil é esta uma das mais gravosas manifestações do crescimento de uma força de trabalho excedentária, dos “inúteis ao mundo”, provocado pelas lógicas que estruturam o sistema económico mundial. Apesar de ter efeitos particularmente perversos nas sociedades envelhecidas, este fenómeno é, geralmente, omitido na maioria dos discursos que alertam para a insustentabilidade dos sistemas de segurança social e a atribuem, exclusiva e fatalisticamente, ao envelhecimento demográfico.

Como, nestas condições materiais, esperar que a reforma seja vivida noutra registo do que o da “morte social” (Guillemard, 1972)? Como esperar que não seja vivida como período de acentuado retraimento social, em que o consumo mal pode assegurar a sobrevivência e as hipóteses de participação social estão praticamente inviabilizadas pela falta de recursos económicos? Face a um quadro de condições económicas tão restritivas, não deveriam as instituições locais e os seus profissionais devolver sistematicamente aos poderes públicos a extensão e gravidade dos problemas vividos, com vista à obtenção de medidas de política social realmente redistributivas? Não deveriam promover iniciativas produtivas que permitam aos reformados obter um rendimento adicional? Ou ampliar e diversificar as oportunidades de acesso a serviços, flexibilizando o uso de equipamentos existentes, tais como refeitórios das escolas ou de outros serviços públicos, e incentivando a criação de redes de empresas e instituições que estabelecem condições preferenciais de acesso a uma variedade de bens e serviços?

## **2. Trajectos de vida e (in)oportunities de “bem envelhecer”**

Na altura da sua criação, nos países de Estado Providência forte, o sistema de reforma foi reivindicado antes de mais como um direito ao descanso, no final da vida, legitimado por longos anos de trabalho ao serviço da colectividade. Com o aumento da longevidade, o conteúdo desta fase da vida tem inevitavelmente que mudar. Mas, para que o tempo da reforma possa ser vivido como portador das oportunidades de realização, entreabertas pelo facto de já não ter a obrigação de trabalhar, não basta prolongar a duração da vida biológica. É preciso ter a possibilidade de acumular, ao longo de todo o percurso, diversos tipos de bens materiais e imateriais, tais como uma formação escolar estimulante, uma vida profissional favorável à renovação das actividades, dos conhecimentos e dos interesses, uma vida fora do trabalho cultural e relacionamente enriquecedora. Ora, a análise dos percursos profissionais e das oportunidades dos inquiridos permite entender que, na sua maioria, estes foram, ao longo da vida, excluídos destes recursos.

Tendo em conta a história do sistema de ensino português, assim como o modelo de desenvolvimento económico que prevaleceu até à década de oitenta, dando amplo lugar à produção agrícola de subsistência e a estruturas de produção industrial e de serviços que recorriam a uma mão-de-obra pouca qualificada, não é de estranhar que os membros dos grupos etários mais velhos apresentem níveis de escolaridade baixos. São, alias, vários os sociólogos que consideram pouco relevante este indicador para captar as desigualdades no seio da população com mais idade (Lopes, 2011). O nível de instrução predominante entre os homens inquiridos com idades 65 anos e mais é o ensino primário com 4 anos de escolaridade (57,3% no grupo 65-74 anos e 35,2% do grupo 75 anos e mais). No que respeita às mulheres, observa-se que o nível de escolaridade predominante no primeiro grupo etário é a 4ª classe (38%), seguido pela 3ª classe (34,3%). Os níveis de instrução inferiores à escolaridade primária predominam largamente sobre os que lhe são

superiores, designadamente entre as mulheres. Com efeito, as mulheres analfabetas estão em proporções bem superiores aos homens (no primeiro grupo etário, 13,9% contra 7,3% dos homens e, no segundo escalão, 32,5% contra 13% dos homens). Além disto, as mulheres que sabem ler e escrever sem possuir qualquer certificação escolar perfazem uma percentagem de 6% no primeiro grupo etário (contra 1,7% somente para os homens) e 11,5% no segundo (contra 8,3% para os homens).

Todos os níveis de instrução superiores à escolaridade obrigatória de 4 anos têm uma expressão muito reduzida, do ensino preparatório ao ensino superior. Interessa salientar que, no grupo etário dos 55 aos 64 anos, a tendência não se altera fortemente. A mudança mais relevante é o acentuado recuo do analfabetismo: entre os homens, o analfabetismo não vai além de 1,4% dos inquiridos enquanto, entre as mulheres, perfaz 2,2%. Diminuiu também sensivelmente a proporção de homens e mulheres que sabem ler e escrever sem certificação, bem como daqueles que só frequentaram a escola durante 3 anos. Todavia, o nível de escolaridade largamente predominante neste grupo etário continua a ser o do ensino primário, observando-se que são sobretudo as mulheres que passaram a ter acesso a este nível de escolaridade (58,9% das mulheres com idades entre 55 e 64 anos). No que respeita aos níveis subsequentes, as percentagens continuam abaixo dos 10% para todos os níveis de escolaridade, inclusive para o 2º e 3º ciclos do ensino básico.

Observando agora os grupos profissionais a que estes reformados pertenceram, deduz-se que, na grande maioria dos inquiridos, é a falta de oportunidades de renovação das actividades, aprendizagens e interesses, a par com uma vida quase inteiramente dedicada a realização de tarefas desgastantes, que se impôs: os agricultores, pescadores e operários (qualificados e não qualificados) perfazem cerca de 2/3 dos inquiridos e ¾ das inquiridas, com 65 anos e mais. A desagregação da informação em função dos dois grupos etários (65-74 anos e 75 e mais) permitiu, ainda, verificar que as profissões ligadas à agricultura e à pesca estão mais representadas no grupo “mais velho”, enquanto as profissões operárias tendem a ter mais expressão no seio do escalão “mais novo”.

Por referência aos principais grupos profissionais, a actividade profissional dos reformados com menos de 65 anos apresenta algumas modificações, embora o peso relativo dos agricultores, pescadores, operários e trabalhadores não qualificados continue a ser o mais preponderante: 59,7% para os homens e 55% para as mulheres. É, pois, entre as mulheres que a distribuição por grupos profissionais mais se modificou, revelando alguma mobilidade das profissões agrícolas e industriais para as terciárias, sendo estas de execução. Entre os homens, este tipo de mobilidade é mais limitado e circunscreve-se praticamente ao grupo profissional do “pessoal dos serviços e vendedores”, tendencialmente um dos menos qualificados do terciário.

O cruzamento efectuado entre a profissão e a situação na profissão dá mais fundamento a algumas das considerações que acabamos de apresentar, destacando-se, desde logo, o peso bastante limitado dos lugares de classe correspondendo às posições dominantes na hierarquia social. Empresários, dirigentes e profissionais liberais perfazem à volta de 10% dos inquiridos com idades iguais e superiores a 65 anos, havendo fortes indícios de se tratar essencialmente de dirigentes de pequenas empresas cujas condições de existência, nesta região de industrialização difusa, com forte persistência de estruturas produtivas artesanais de base familiar, estarão relativamente próximas das dos trabalhadores independentes. Por sua vez, os profissionais técnicos e de enquadramento (correspondendo ao lugar da nova pequena-burguesia cuja posição vantajosa no seio dos assalariados decorria, nestes grupos etários, mais das suas funções de enquadramento do que da posse de certificações escolares) ficam-se pelos 6%. A pequena burguesia tradicional, constituída por trabalhadores independentes (artesãos e pequenos comerciantes e prestadores de serviços) e agricultores independentes que só podem resistir à proletarização à custa de um intenso investimento no trabalho assumem um peso percentual significativo, sobretudo no subconjunto dos indivíduos com 75 anos e mais (34,1%). Com efeito, já entre os inquiridos com idades entre os 65 e 74 anos, e mais ainda entre aqueles que têm entre os 55 e os 64 anos, a importância numérica da pequena burguesia tradicional recua, enquanto cresce o peso relativo do salariado de execução (61,7% dos inquiridos do grupo 65-74% e 55,5% dos com menos de 65 anos). Os indivíduos susceptíveis de usufruir de recursos sociais bem mais consideráveis não chegam a representar um quarto do universo inquirido.

### 3. O potencial protector das redes interacção familiar e de vizinhança

As profundas alterações que afectam as estruturas e práticas familiares têm um impacto directo sobre a dimensão relacional da vulnerabilidade social. Tais alterações estão bem patentes no crescimento do número de indivíduos que vivem sós. Segundo os dados censitários, entre 1991 e 2001, o número de pessoas idosas a viver sós registou uma taxa de variação de cerca de 35%, muito particularmente nos grandes centros urbanos. Os resultados do Censo de 2011 apontam para cerca de 60% da população idosa a viver só ou em companhia exclusiva de pessoas idosas. Relativamente ao Concelho da Póvoa de Varzim, a conclusão a reter do nosso inquérito é que no seio da população com idades iguais e superiores a 65 anos, as percentagens dos inquiridos cuja vida quotidiana ocorre nestas duas condições passaram a ser muito semelhantes: 19,3% dos inquiridos vivem sós e 42,3% vivem exclusivamente com o cônjuge, isto é, com outro idoso. Como era de esperar o subconjunto dos que vivem sós é mais feminizado, enquanto o daqueles que vivem só com o cônjuge regista taxas bem superiores entre os homens. Consta-se, ainda, que, no conjunto dos inquiridos com 65 anos e mais, as famílias constituídas apenas por um casal de idosos predominam claramente, sendo que os idosos que têm oportunidade objectiva de conviver diariamente com membros das gerações novas, filhos e/ou netos, não representam mais do que um terço dos inquiridos (33,1%). Por sua vez, a partilha da vida quotidiana com outros familiares além dos descendentes directos não tem expressão significativa (5%).

Outro indicador do enfraquecimento dos laços familiares nas sociedades envelhecidas remete para a diminuição do número de filhos por família e na crescente dispersão geográfica dos alojamentos dos membros dos agregados familiares. Todavia, no Concelho em estudo, há motivos para afirmar que o risco do isolamento não decorre, para estas gerações, da diminuição da natalidade, nem de uma grande distância espacial entre os núcleos familiares. Para sustentar a primeira afirmação basta constatar que os indivíduos que não tiveram filhos não vão além de 15% do grupo etário dos 75 anos e mais e de 10% dos inquiridos com idades entre 65 e 74 anos; que o número mediano de filhos é da ordem dos 3, chegando a 4 entre os inquiridos com idades iguais e superiores a 75 anos; que os inquiridos sem netos assumem pesos percentuais baixos (15%) e que o número mediano de netos varia entre 4 e 7, verificando-se valores superiores no grupo etário “mais velho”. Além disto, à excepção dos indivíduos cujos filhos tiveram que emigrar para assegurar a sua sobrevivência e que representam cerca de um terço dos inquiridos com 65 e mais anos, pode-se concluir das perguntas que visavam medir o afastamento geográfico da residência dos filhos que tal não constitui um constrangimento de relevo nesta amostra: dois terços dos inquiridos com filhos têm um filho que reside a uma distância inferior a 1km da sua própria casa, sendo que entre os restantes, a distância existente é predominantemente entre 1 e 5 km; na esmagadora maioria dos casos é o filho que reside mais perto (a menos de 1 km) que presta apoio e, quando tal não acontece, em quase 90% dos casos, a distância entre as duas residências não ultrapassa os 5 km. Para reforçar a ideia de que os inquiridos não se encontram numa situação de privação acentuada de interacções com outros, como pode, hoje, acontecer nas áreas fortemente urbanizadas, interessa ainda referir que 67% dos inquiridos referiram ter outros familiares próximos e 88,5% amigos e vizinhos.

Não basta, todavia, constatar que a população envelhecida não se encontra num estado de acentuado isolamento físico, na sua área de residência, para concluir que pode efectivamente contar com familiares e vizinhos/amigos para manter viva a sua sociabilidade e, além disso, realizar as tarefas diárias, indispensáveis para a salvaguarda da sua dignidade, quando tal se tornar necessário.

Para tentar apreciar o potencial de protecção dos laços familiares e de vizinhança/amizade da população envelhecida, as respostas a uma série de itens, apreciados numa escala de 1/”conta sempre” a 5/”nunca conta”, foram reagrupadas, por via de uma análise factorial, em torno de duas grandes dimensões: a preservação de relações com membros de diversas gerações, designadamente por via da frequência de lugares significativos, que intitulamos “preservação da sociabilidade”<sup>i</sup>, e a realização de tarefas fundamentais da vida quotidiana, designada por “protecção instrumental”<sup>ii</sup>.

Os resultados relativos ao laço de filiação sugerem que este ainda desempenha uma função de protecção nas duas dimensões que acabamos de referir, já que os valores medianos para os inquiridos do Concelho no seu conjunto oscilam entre 1,6 e 3 (ou seja, entre “muitas vezes” e “algumas vezes”). Contudo, vale a pena salientar que o poder protector dos laços de filiação está mais conservado entre os indivíduos com mais de 75

anos, embora não se possa totalmente excluir a hipótese de o menor confronto dos “mais jovens” com a necessidade de alguém os acompanhar e/ou auxiliar ter influenciado as classificações atribuídas. Entre os indivíduos com idades inferiores a 75 anos, apesar da variável “protecção instrumental” não assumir um valor mediano muito mais alto do que o da variável “preservação da sociabilidade” (respectivamente 3 e 2,3), a diferença merece ser salientada na medida em que a pontuação mais desfavorável refere-se precisamente às tarefas que se prendem com necessidades essenciais à sobrevivência, exigindo uma dedicação mais contínua.

A determinação da força das interacções com os netos, quer para transmitir ao indivíduo que pode contar com o seu suporte para fazer face às vicissitudes da vida (protecção instrumental), quer para o estimular e dar-lhe prova do valor do seu contributo aos olhos dos outros (preservação da sociabilidade), afigura-se algo delicada, na medida em que as informações recolhidas são relativamente contraditórias. Com efeito, quando interrogados acerca da presença dos netos no seu dia-a-dia, mais de dois terços dos inquiridos dão respostas positivas no grupo etário “mais novo”, bem como três quartos dos indivíduos pertencentes ao grupo etário “mais velho”. Todavia, o questionamento mais pormenorizado a respeito do potencial protector destas interacções conduz a uma certa relativização do papel que os netos desempenham no quotidiano dos idosos: os valores medianos relativos à variável composta “preservação da sociabilidade” – entre 2,3 e 2,8 segundo o sexo e o grupo etário considerado – indicam que os netos interagem com os inquiridos mais “algumas vezes” do que muitas. Significam, pois, que os inquiridos têm consciência de não representarem elementos centrais nas redes relacionais dos netos. Quando se passa à questão de saber se podem contar com os netos para resolver problemas essenciais na sua existência, as respostas contradizem ainda mais claramente a afirmação da presença que estes têm na sua vida. Com efeito, para todos os inquiridos, o valor mediano é 4, ou seja, contam “poucas vezes”.

Tendências muito semelhantes, ou até mesmo mais acentuadas, verificam-se relativamente a outros familiares ou às relações com vizinhos/amigos. Embora dois terços dos inquiridos refiram a existência de outros familiares próximos e indiquem qual deles está mais presente no seu dia-a-dia, o aprofundamento da informação sobre o conteúdo das interacções com este familiar demonstra que, na realidade, são baixas as expectativas no que respeita ao seu contributo para os preservar do sentimento de perda do seu valor aos olhos dos outros (os valores medianos situam-se entre 2,7 e 3,9, consoante o sexo e a idade). Em relação à disponibilidade deste familiar para lhes prestar apoio face à perda da mobilidade funcional, a apreciação é ainda mais negativa (os valores medianos variam entre 4, correspondendo a “poucas vezes”, e 5, equivalente a “nunca”).

Apesar da elevada taxa de repostas positivas sobre a existência de amigos/vizinhos próximos, os resultados obtidos revelam, uma vez mais, uma discrepância entre a afirmação dos inquiridos acerca da sua presença no seu dia-a-dia e a protecção concreta que estes lhes proporcionam. Se é certo que mais de 3/4 dos respondentes com vizinhos e amigos próximos declaram que estes estão presentes no seu dia-a-dia, não é menos verdade que é no quadro deste tipo de laço de participação electiva (Paugam, 2010) que a protecção chegada e o reconhecimento afectivo estão menos assegurados (os valores medianos na dimensão mais relacional variam entre 4 e 4,5 e na dimensão instrumental são sempre 5).

Deste conjunto de resultados sai, pois, reforçada a conclusão de que, apesar da aparente perpetuação de diversos tipos de relações de proximidade, somente as interacções com os filhos proporcionam, e só em parte, os cuidados e suportes que o avançar da idade torna, na maioria dos casos, necessários. Esta constatação leva-nos a concluir que, no Concelho da Póvoa de Varzim, não são fundamentalmente as evoluções quantitativas da constituição das famílias que condicionam (para já) a gestão da velhice, mas, sobretudo as profundas mudanças nas relações de poder entre as gerações provocadas pela generalização do trabalho assalariado e, igualmente, pela crescente importância dos recursos escolares para a transição à idade adulta (R. Lenoir, 1999). A passagem de um modo de sucessão das gerações em que o acesso às posições sociais era directamente controlado pelos pais, no quadro da família unidade de produção, para outro, em que são os diplomas e os mecanismos do mercado de trabalho que desempenham o papel decisivo, acaba por transformar as relações entre filhos e pais, modificar o conteúdo e a intensidade das suas trocas e fragilizar a própria consciência das suas obrigações recíprocas. O facto de grande parte das tarefas e cuidados

tradicionalmente assumidos pela família, e que contribuíam para a fazer existir como grupo coeso, estar a ser cada vez mais remetida para instituições com profissionais especializados abala a unidade da estrutura familiar, secundariza os mecanismos de resolução de problemas na base de trocas e negociações directas, de pessoa a pessoa, no quadro da família como da colectividade de vizinhança. Embora tais modificações atinjam de forma variável os membros das diversas classes e fracções de classe social, as redes de sociabilidade primária deixam, tendencialmente, de desempenhar o papel central que possuíam outrora em matéria de protecção (através das trocas de serviços, de informações ou da comunicação geradora de saberes...) e, também, de reconhecimento dos indivíduos (por via do fornecimento de modelos de identificação essenciais para a construção da identidade e dos sentimentos de pertença). Este enfraquecimento dos laços primários está não somente na base do isolamento social e da solidão que muitos indivíduos experimentam na velhice, como de rupturas no relacionamento intergeracional que acentuam, nesta fase da vida, o sentimento de se sentir cada vez mais estranho ao mundo envolvente e de apenas poder manter a sua identidade na base de referências que remetem todas para o passado.

Significativamente privada de recursos (económicos e relacionais), necessários para reorganizar a vida após a reforma e enfrentar o trabalho de envelhecer (I. Mallon, 2007), poderá a população envelhecida do Concelho da Póvoa de Varzim salvar o interesse e a vontade de se implicar em actividades socialmente relevantes?

#### **4. Modos de viver a reforma**

Para apreciar o risco de viver este período de vida no registo da “morte social” (Guillemard, 1972), tentamos explorar as relações dos inquiridos com uma diversidade de equipamentos culturais, desportivos, serviços de saúde e sociais, lugares de encontro e actividades a partir dos quais os indivíduos podem desenvolver a sua rede relacional. A principal conclusão a retirar é que a vida quotidiana dos idosos contém, de modo geral, muito poucas oportunidades de interagir com outros. Numa escala de 1 a 6, em que 1 representa um contacto diário e 6 a ausência total de contacto, verifica-se, na base dos valores medianos, que os principais lugares a partir dos quais podem manter ou desenvolver a sua sociabilidade são a igreja (valor mediano de 2 para homens e mulheres), o café, principalmente para os homens (2), e nalguma medida o jardim. Os inquiridos, no seu conjunto, indicaram que nunca frequentam nem os equipamentos culturais (biblioteca, cinema, teatro, concertos), nem os equipamentos desportivos (piscina, ginásio), nem a universidade sénior ou a associação recreativa. Também não participam em actividades de voluntariado. Confirma-se, assim, a ideia de que um modo de vida com forte expressão entre os idosos é o que A.M. Guillemard (2002) designa como “reforma-retraimento”. A paragem da actividade profissional e a saída do mercado de trabalho traduzem-se por uma paralisia progressiva de toda a actividade social, conduzindo a uma ruptura do laço social, ou, nos termos desta autora, a uma verdadeira “morte social”. A existência fica reduzida a actos quase reflexos destinados à manutenção da vida biológica (alimentar-se, dormir, fazer a higiene pessoal e da casa, etc.), largamente desprovidos de oportunidades de manter relações com os outros. As práticas quotidianas desenvolvem-se num tempo cíclico, cujo ritmo depende essencialmente das tarefas inerentes à manutenção da vida biológica, separadas por largos tempos mortos à espera de realizar a actividade funcional seguinte, num vazio quase total de projecto.

De facto, as duas actividades mais assinaladas pelos inquiridos são “ocupar-se das tarefas domésticas” (61,9%) e “ver televisão” (54,8%). Com algum significado, embora já apenas para pouco mais de um terço dos inquiridos, figuram dois tipos de ocupação que se afastam da mera manutenção da vida biológica: um que pode eventualmente, mas não forçosamente, propiciar alguns contactos sociais, a saber “passear/caminhar”(40,3%); outro com uma dimensão de produção ou de acção sobre o meio envolvente que é “tratar do jardim/da horta e/ou criar animais” (33,6%).

As actividades que envolvem uma componente relacional forte e/ou potenciam a preservação do sentimento de utilidade social têm uma expressão bem mais moderada. A título de exemplos, salientam-se as seguintes: “cuidar dos filhos e/ou netos” com 19% (praticamente sem diferença entre os dois grupos etários); “encontrar-se com amigos e vizinhos” com 14%; “a actividade exercida na vida profissional” com 12,3%; “cuidar de familiares mais idosos” com 2,8%.

Há, todavia, sinais de que a grande maioria dos inquiridos não se conforma passivamente com a perda de papel social provocada pela passagem à reforma, nem com a perda de oportunidades de participar activamente na vida dos membros das outras gerações. De facto, 81,8% manifestaram-se claramente favoráveis à participação dos reformados em actividades socialmente úteis. Entre as actividades que gostariam de desenvolver, as que foram mais assinaladas prendem-se, todas, com a possibilidade de se sentirem úteis através do acompanhamento prestado a pessoas que necessitam de protecção: pessoas dependentes por velhice ou deficiência (37,9%), pessoas doentes (33,8% por via do acompanhamento às consultas e 32% fazendo companhia a doentes internados no hospital), crianças (33,4% manifestam-se disponíveis para as acompanhar na ida para a escola e outras actividades extra-escolares; 25,9% gostariam de ajudar as crianças na realização dos trabalhos de casa e 25,7% na organização de momentos de lazer).

Embora com menos intensidade (da ordem dos 20%), a participação em acções de protecção do ambiente e da natureza e a implicação no desenvolvimento de dinâmicas associativas são também vias de participação social favoravelmente acolhidas.

Na base destes resultados, faz todo o sentido salientar a importância da dinamização de organizações e profissionais que assumam o papel de mediar a relação entre os indivíduos reformados e as mais diversas instituições sociais (escolas, associações, hospitais, instituições particulares de solidariedade social, autarquias locais ...). Sem menosprezar as iniciativas já existentes, de que os bancos de voluntariado são exemplos, importa ir muito mais ao encontro daqueles que possuem tempo, experiência de vida e disponibilidade para partilhar, com propostas concretas de implicação, e não esperar que sejam os reformados a tomar a iniciativa de interagir com as instituições que necessitam de recursos humanos. Não se deve esquecer que durante décadas a participação cívica e associativa foi inviabilizada, em Portugal, e que, mesmo nos países com uma vida democrática mais enraizada, envolver-se em práticas associativas e de solidariedade activa com outros cidadãos não faz parte das disposições profundas de todos os indivíduos. Tal envolvimento depende não somente do capital cultural dos indivíduos mas, ainda, das margens de iniciativa de que usufruem na actividade laboral. Importa, pois, criar condições não somente para desafiar a participação dos reformados em actividades que ampliam as interdependências entre os cidadãos mas, igualmente, para que estes possam descobrir, a partir da experiência vivida, modos de acção que concorram efectivamente para a sua realização e o seu desenvolvimento pessoais.

No contexto de uma sociedade que envelhece rapidamente e em que a longevidade da vida de cada um é cada vez maior, um investimento intencional na criação de tais estruturas é, pois, necessário. Configura, sem dúvida, uma das vias socialmente mais proveitosa para contrariar o discurso recorrente acerca do peso excessivo dos “inactivos” sobre os ombros dos “activos”, assim como a ideia segundo a qual “envelhecer bem” seria um assunto estritamente pessoal, apenas de ordem médico-psicológico e independente das condições sociais de existência dos indivíduos, ao longo da vida activa e na própria velhice.

### **Bibliografia:**

Gaulejac, V. de; Taboada-Léonetti, I. (1994). *La lutte des places*, Paris: ÉPI.

Guillemard, A.M. (1972) *La retraite. Une mort sociale*, Paris: PUF

Guillemard, A.M. (2002) “De la retraite mort sociale à la retraite solidaire”. *Gérontologie et société*, nº 102, 2002.

Guillemard, A.M. (2005) “Politiques publiques et cultures de l’âge. Une perspective internationale”, *Politix*4, nº72.

Lopes, A. (2011) “Ageing and social class: towards a dynamic approach to class inequalities in old age” in: *Age Discrimination and Diversity. Multiple Discrimination from an Age Perspective*, Cambridge: University Press.

Mallon, I. (2007) Le «travail de vieillissement» en maison de retraite, *Retraite et société*, 2007 – 3 (nº 52)

Paugam, S. (2010) *Le lien social*, Paris: PUF

<sup>i</sup>Para a construção da nova variável “preservação da sociabilidade”, foram reagrupados os seguintes itens: poder contar com os filhos/netos, outros familiares/vizinhos/amigos para acompanhar a uma consulta médica; fazer compras; dar um passeio; conversar; buscar para passar o fim-de-semana; partilhar momentos festivos; almoçar ou jantar juntos; dar um passeio em família.

<sup>ii</sup>A nova variável “protecção instrumental” foi construída por reagrupamento dos itens: efectuar as compras necessárias para o dia-a-dia; tratar da higiene pessoal; preparar as refeições; limpar e arrumar a casa; ficar com o inquirido durante a noite se ele se sentir adoentado.

**Quadro nº 1- Distribuição dos inquiridos por sexo e idade**

Sexo	55-64 anos		65-74 anos		75 anos e +		65 anos e +		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
	<b>Homens</b>	219	44,7	178	45,2	108	40,8	286	43,4	505
<b>Mulheres</b>	271	55,3	216	54,8	157	59,2	373	56,6	644	56,0
<b>Total</b>	490	100	394	100	265	100	659	100	1149	100

**Quadro nº 2 - Indivíduos com pensões <, ≥ ao limiar de pobreza, por escalões etários e sexo (%)**

		55-64 anos	65-74 anos	75 anos e +
<b>H</b>	< 434€	45,2	49,4	68,0
	≥ 434€	54,8	50,6	32,0
<b>M</b>	< 434€	65,4	84,2	81,7
	≥ 434€	34,6	15,8	18,3
<b>HM</b>	< 434€	54,6	67,1	75,8
	≥ 434€	45,4	32,9	24,2

**Quadro nº 3 - Potencial de protecção dos laços primários na população envelhecida, por local de residência, sexo e grupo etário (mediana de classificação)**

Potencial de protecção dos laços primários	Sexo	Concelho da Póvoa de Varzim		
		55-64 anos	65-74 anos	75 anos e +
Preservação da sociabilidade - Filhos	H	2,4	2,3	2
	M	2,3	2,4	1,8
	HM	2,3	2,3	1,9
Protecção instrumental - Filhos	H	3	2,5	2
	M	2,7	3	1,6
	HM	3	3	1,7
Preservação da sociabilidade - Netos	H	2,7	2,5	2,7
	M	2,3	2,8	2,8
	HM	2,4	2,7	2,8
Protecção instrumental - Netos	H	4	4	4
	M	4	4	4
	HM	4	4	4
Preservação da sociabilidade – Familiares próximos	H	3	3,4	3,9
	M	2,7	3	3,3
	HM	3	3,1	3,5
Protecção instrumental – Familiares próximos	H	4	4	5
	M	4	4	4,1
	HM	4	4	4,5
Preservação da sociabilidade – Vizinhos/Amigos	H	4	4,3	4,5
	M	4	4	4,2
	HM	4	4,2	4,3
Protecção instrumental – Vizinhos/Amigos	H	5	5	5
	M	5	5	5
	HM	5	5	5